

Publique-se Inclua-se em
pauta por <i>ciw</i> seções
, DE 1995
<i>07</i> / <i>11</i> / <i>95</i>
RICARDO TRÍPOLI - Presidente

Altera dispositivo da Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970, com alterações posteriores.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo resolve:

PLS. Nº. 01
PROC. 10497
<i>B</i>

Artigo 1º - Passa a vigorar com a seguinte nova redação o artigo 240 da Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970, com alterações posteriores:

"Artigo 240 - Recebida a comunicação do Tribunal de Contas sobre irregularidades de despesa decorrente de contrato (artigo 33, XIV e § 1º da Constituição do Estado), o Presidente da Assembléia, independentemente de leitura no Pequeno Expediente, mas depois de publicada, encaminha-la-á à Comissão de Finanças e Orçamento para, no prazo de 30 dias, emitir parecer.

§ 1º - O parecer considerará o contrato:

1. Irregular, caso em que oferecerá projeto de decreto legislativo propondo a sustação da execução, pelo órgão responsável, do ato impugnado, determinando ainda, quando for o caso, seja oficiado ao Ministério Público ou à Procuradoria Geral do Estado, ou a ambos, com vistas à responsabilização administrativa, criminal e/ou reparação dos prejuízos causados ao Erário.

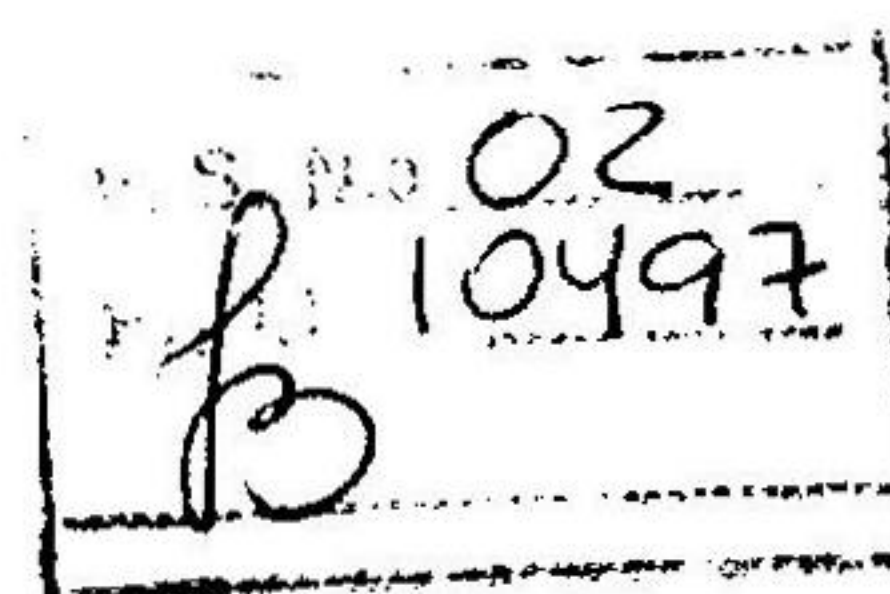
2. Regular, caso em que oferecerá projeto de decreto legislativo propondo o seu arquivamento.

§ 2º - Quando não mais couber a sustação dos efeitos do contrato, a Comissão de Finanças e Orçamento determinará o arquivamento dos autos, podendo, quando for o caso, oficiar ao Ministério Público ou à Procuradoria Geral do Estado, ou a ambos, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades.

ENTREGUE A MESA EM:

044784

PROTOCOLO			
REGISTRO GERAL LEGISL.			
10497	8	11	95
<i>B. 02</i>			



§ 3º - Nos casos dos §§ 1º e 2º, a Comissão de Finanças e Orçamento, deliberará sobre o projeto "ad referendum" do Plenário.

§ 4º - Publicado, e independentemente de Pauta, o projeto será encaminhado à Comissão de Fiscalização e Controle para, no prazo de 10 dias, se pronunciar.

§ 5º - Publicado o parecer, o projeto será automaticamente incluído na Ordem do Dia da primeira sessão que se realizar, tramitando em regime de urgência.

§ 6º - Concluída a tramitação, a Mesa, dentro de 2 dias, dará ciência ao Tribunal de Contas da decisão da Comissão de Finanças e Orçamento e/ou tomará as providências necessárias para o cumprimento do deliberado pelo Plenário".

Artigo 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

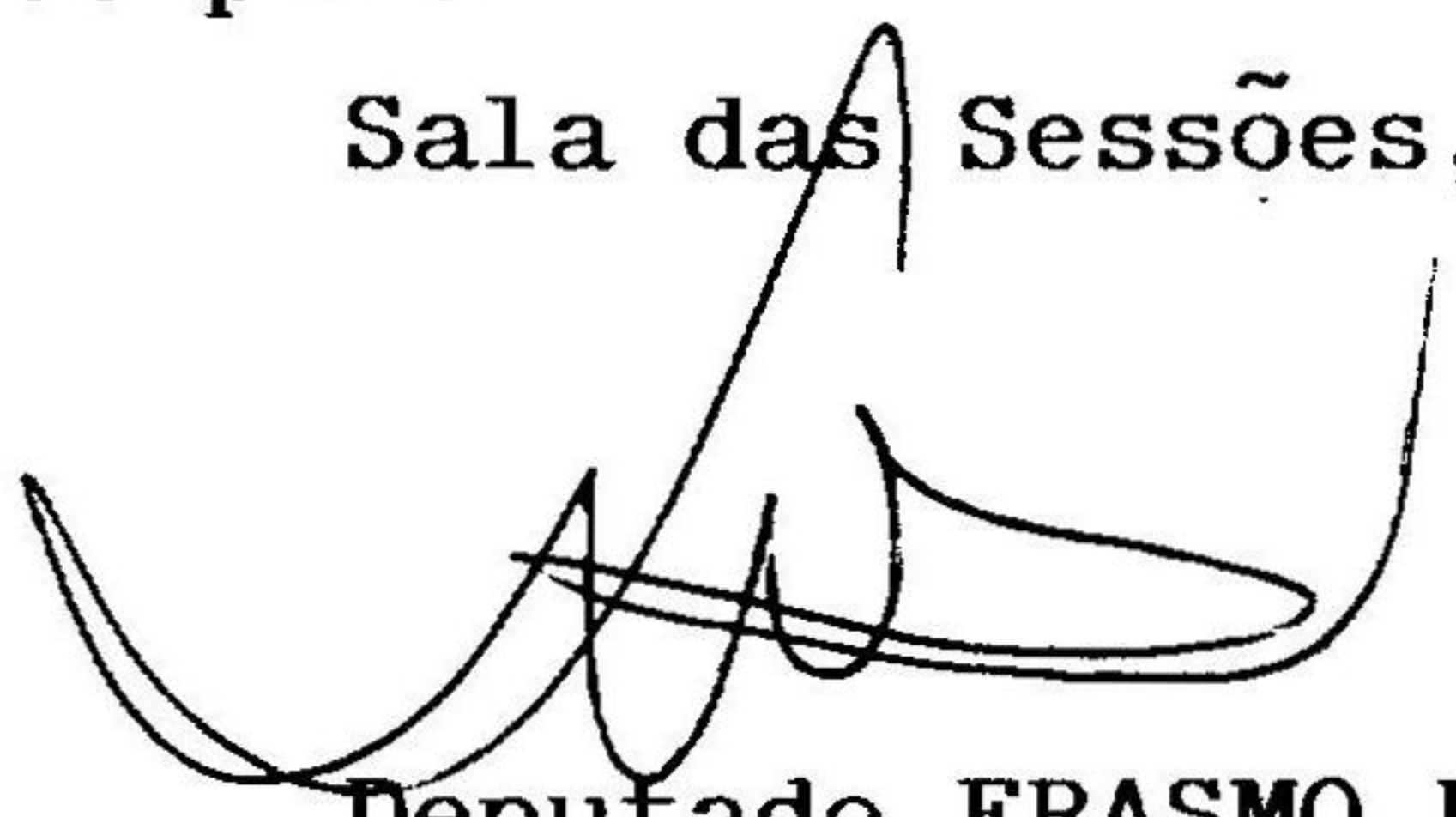
J U S T I F I C A T I V A

O que ora se pretende é extinguir a figura do Relator Especial, em processos oriundos do Tribunal de Contas, sobre irregularidades de despesa decorrente de contrato (artigo 33, XIV e § 1º da Constituição do Estado).

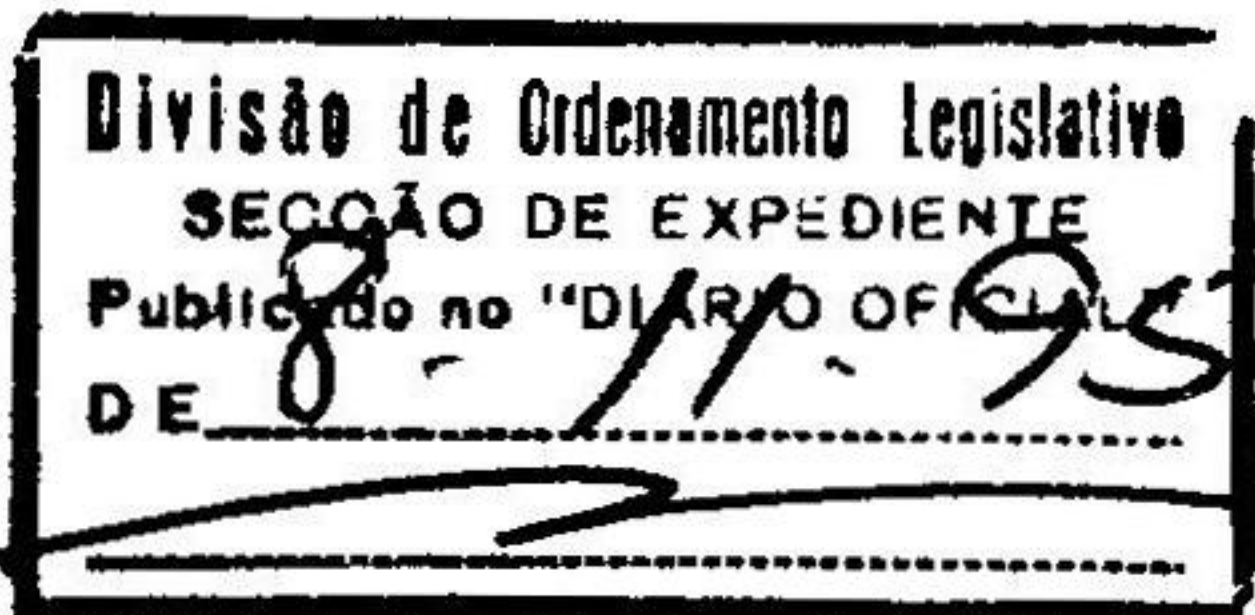
A medida se justifica pela inconveniência da designação de Relator Especial, quando se delega a um único Parlamentar a responsabilidade de uma Comissão, com o fim de exarar parecer acerca de processos tão complexos e, muita vez, confusos.

Almejamos, com isso, melhor adequação nos nossos trabalhos legislativos, motivo pelo qual contamos com o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, em


Deputado ERASMO DIAS

Lid. PPB/ amh.



Divisão de Ordenamento Legislativo
Esta proposição contém
1 assinatura
SDC, 7/11/1995
Chefe de Seção

Nos termos do II Em. 3, o projeto único do artigo 149 da VII
consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em
pauta nos dias correspondentes às 276ª a 284ª Sessões
ord. (de 9 a 16 de 11 de 1991), não tendo
recebido substitutivos,
que se encontram juntados às res. do n.º a.

D. O. L. 13 / 11 / 91

P

S. mesa

20/novembro/1995

[Signature]

Arquive-se, nos termos do Art. 177
da IX CRI. Publique-se este
Despacho.
19, abril 12000
[Signature]
VANDERLEI Presidente MACRJ

Divisão de Ordenamento Legislativo
Serviço de Processo Legislativo
Publicado no "DIÁRIO OFICIAL"
de 20/04/2000